



Trajectoria Histórica da Crise e da Insegurança Alimentar no Haiti em 2008: Impactos, Políticas Públicas e Transformações Sociais.

Hans Van Freud Lafortune (CPDA/UFRRJ)

Rafael dos Santos Robalo Estrella (CPDA/UFRRJ)

Resumo

A seguir, analisamos a crise de 2008 e seu impacto no Haiti com o objetivo de compreender os fatores estruturais que explicam sua intensidade e suas consequências sociais no campo e para a segurança alimentar. Entendemos este período como ponto-chave para demonstrar a fragilidade da liberalização comercial em um momento de crise financeira internacional. A crise alimentar global de 2007-2008 teve impactos particularmente severos em países altamente dependentes das importações de alimentos, entre os quais o Haiti ocupa posição de destaque. A elevação abrupta dos preços internacionais dos cereais e dos combustíveis repercutiu rapidamente no mercado doméstico haitiano, provocando um aumento significativo do custo de vida e desencadeando uma série de protestos. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de material especializado no contexto haitiano, bibliografia explicativa causal da crise dos *subprimes* em 2008 e seu



impacto no cenário internacional, e o quadro analítico do histórico-institucionalismo. Isto é combinado com uma análise documental de relatórios produzidos por organismos internacionais, como FAO e USDA, bem como em dados do Ministère de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural do Haiti. O recorte temporal concentra-se principalmente no período compreendido desde a liberalização econômica iniciada nos anos 1980, mas seu foco recai no período de 2007-2008.

Palavras-Chaves: Haiti; Crise Financeira de 2008; Crise Global de Alimentos; Insegurança Alimentar.

Abstract

This study analyzes the 2008 crisis and its impact on Haiti, aiming to understand the structural factors that explain its intensity and social consequences within the rural sector and for food security. It views this period as a key turning point that demonstrates the fragility of trade liberalization during a time of international financial crisis. The 2007-2008 global food crisis had particularly severe impacts on countries highly dependent on food imports, among which Haiti holds a prominent position. The abrupt rise in international grain and fuel prices quickly reverberated through the Haitian domestic market, causing a significant increase in the cost of living and triggering a series of protests. The research is based on a bibliographic review of specialized material on the Haitian context, causal-explanatory literature on the 2008 subprime crisis and its impact on the international arena and a historical-institutionalist analytical framework. This is combined with a documentary analysis of reports produced by international organizations such as the FAO and USDA, as well as data from the Ministère de l'Agriculture, des Ressources Naturelles et du Développement Rural of Haiti. While the timeframe primarily covers the period



since the economic liberalization initiated in the 1980s, the focus centers on the 2007-2008 period.

Keywords: Haiti; 2008 Financial Crisis; Global Food Crisis; Food Insecurity.

Introdução

A crise alimentar global de 2007-2008 teve impactos particularmente severos em países altamente dependentes das importações de alimentos, entre os quais o Haiti ocupa posição de destaque. A elevação abrupta dos preços internacionais dos cereais e dos combustíveis repercutiu rapidamente no mercado doméstico haitiano, provocando um aumento significativo do custo de vida e desencadeando protestos sociais contra a chamada “*lavichè*”¹. Em um contexto marcado por elevada pobreza, fragilidade produtiva e forte dependência externa, o aumento dos preços alimentares agravou vulnerabilidades socioeconômicas já existentes e ampliou as dificuldades de acesso à alimentação (CNSA e PAM, 2008).

No início dos anos 2000, o Haiti apresentava características estruturais que ampliavam sua exposição a choques externos. Em 2006, o país possuía aproximadamente 9,1 milhões de habitantes, com uma população relativamente jovem e um processo acelerado de urbanização (IHSI, 2005). A área metropolitana de Port-au-Prince concentrava mais de 60% da população urbana nacional (CNSA e PAM, 2008). A economia haitiana apresentava baixa diversificação produtiva e forte predominância do setor terciário, responsável por cerca de 58% do Produto Interno Bruto (PIB). Embora o setor agrícola contribuísse com aproximadamente 26% do PIB, ele permanecia como principal base de subsistência para cerca de 70% da

¹ *Lavichè* é um termo do crioulo haitiano derivado da expressão francesa *la vie chère*, que significa literalmente “vida cara”. No Haiti, a expressão é utilizada popularmente para designar o aumento acentuado do custo de vida, especialmente o encarecimento de alimentos e bens de consumo essenciais. Durante a crise alimentar de 2008, o termo tornou-se amplamente associado às mobilizações populares contra a alta dos preços dos alimentos.



população (CNSA e PAM, 2008). Esse descompasso revela a fragilidade estrutural do sistema produtivo rural e a crescente incapacidade da produção nacional de atender às necessidades alimentares da população.

A vulnerabilidade alimentar do país também se expressa na estrutura do comércio exterior. Desde a liberalização comercial iniciada na segunda metade da década de 1980, o Haiti tornou-se progressivamente mais dependente das importações de alimentos e energia. Em 2007, os produtos petrolíferos representavam cerca de 25,6% do valor total das importações, enquanto os produtos alimentares correspondiam a aproximadamente 22,9% (CNSA e PAM, 2008). Em contraste, as exportações permanecem fortemente concentradas na indústria de montagem têxtil voltada ao mercado norte-americano, responsável por cerca de 88% das exportações brutas do país (CNSA e PAM, 2008). Essa estrutura evidencia uma forte dependência econômica externa e uma inserção internacional baseada em baixa diversificação produtiva.

No setor agrícola, esse processo de abertura comercial foi acompanhado por um enfraquecimento progressivo da produção nacional. Na década de 2000, cerca de metade da disponibilidade alimentar do país já provinha de importações (CNSA e PAM, 2008). O caso do arroz é particularmente emblemático: estima-se que mais de 80% do consumo nacional seja atendido por importações, principalmente provenientes dos Estados Unidos (CNSA e PAM, 2008). De forma mais ampla, aproximadamente 52% dos alimentos consumidos no país são importados, o que torna o Haiti altamente vulnerável às flutuações dos preços internacionais das commodities agrícolas (CNSA e PAM, 2008).

Nesse contexto de dependência alimentar externa e fragilidade produtiva interna, a crise alimentar internacional de 2007-2008 agravou significativamente as vulnerabilidades estruturais do país. O aumento global dos preços dos cereais e da energia foi rapidamente transmitido ao Haiti, provocando pressões inflacionárias relevantes. Em agosto de 2008, a inflação anual atingiu cerca de 18,8%, afetando de



forma particularmente intensa os segmentos mais pobres da população (CNSA e PAM, 2008). Como os alimentos representam aproximadamente 55% das despesas domésticas, a elevação dos preços reduziu significativamente o poder de compra das famílias e comprometeu o acesso à alimentação (CNSA e PAM, 2008).

Os efeitos sociais da crise tornaram-se visíveis nos padrões de consumo e nas estratégias de sobrevivência das famílias. Pesquisas realizadas na área metropolitana de Port-au-Prince indicam que cerca de 30% dos domicílios apresentavam consumo alimentar insuficiente ou inadequado² no período analisado (CNSA e PAM, 2008). Diante do aumento dos preços, muitas famílias passaram a reduzir o número de refeições diárias, diminuir as porções consumidas ou substituir alimentos mais caros por produtos de menor custo, como milho ou fruta-pão. Paralelamente, observou-se uma redução significativa no consumo de proteínas animais importante no país, evidenciando uma deterioração da qualidade nutricional da dieta.

Essas transformações ocorreram em um contexto marcado pela fragilidade da produção agrícola, crescente dependência do mercado para acesso aos alimentos e mudanças nas estratégias de renda das famílias rurais. Além disso, a temporada de ciclones de 2008 provocou danos significativos às infraestruturas e às produções agrícolas devido ao baixo incentivo à conservação como mecanismo de proteção, agravando ainda mais a situação alimentar e ampliando a dependência do país em relação às importações (CNSA e PAM, 2008).

A deterioração das condições socioeconômicas culminou em uma intensa onda de mobilizações sociais conhecida como *les émeutes de la faim*³. As manifestações, iniciadas em abril de 2008 com focos especiais em Les Cayes,

² Uma alimentação inadequada caracteriza-se pela impossibilidade de ter acesso a uma alimentação segura, nutritiva e suficiente, o que pode levar tanto à desnutrição (ingestão insuficiente de calorias e nutrientes) quanto à obesidade (alimentação de má qualidade) fonte: <https://www.fao.org/nutrition/fr/>

³ As revoltas da fome.



espalharam-se rapidamente por diversas regiões do país, incluindo Port-au-Prince, Gonaïves e Cap-Haïtien, sendo marcadas por bloqueios de estradas, saques a estabelecimentos comerciais e confrontos com forças de segurança (Cairot, 2008; Bracciano; Claudet, 2008; Péan, 2008). Esses episódios revelaram o caráter profundamente político da crise alimentar, evidenciando a relação entre aumento do custo de vida, fragilidade institucional e insatisfação social.

Diversos setores da sociedade civil participaram ativamente dessas mobilizações. Movimentos estudantis desempenharam papel relevante na ampliação e politização dos protestos, transformando universidades e escolas em espaços de debate sobre as causas estruturais da crise alimentar. Organizações feministas também tiveram papel importante ao denunciar os impactos da inflação alimentar sobre as mulheres, responsáveis pela gestão da alimentação doméstica e amplamente presentes no comércio informal. Entre essas organizações destacou-se a Solidarité des Femmes Haïtiennes (SOFA), que denunciou publicamente a gravidade da crise alimentar e apoiou as mobilizações populares contra a fome (SOFA, 2008).

Diante da intensificação dos protestos, o governo haitiano anunciou algumas medidas emergenciais, incluindo tentativas de redução do preço do arroz e negociações com importadores para conter o aumento dos alimentos. Entretanto, tais medidas foram amplamente consideradas insuficientes pela população (Péan, 2008). A crise acabou desencadeando uma importante instabilidade política, culminando na destituição do primeiro-ministro Jacques-Édouard Alexis pelo Senado haitiano em abril de 2008. Estimativas indicam que as paralisações e confrontos provocaram perdas econômicas equivalentes a aproximadamente uma semana do PIB (Péan, 2008).

Visto isso, este artigo analisa a crise alimentar de 2008 no Haiti com o objetivo de compreender os fatores estruturais que explicam sua intensidade e suas consequências sociais. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise



documental de relatórios produzidos por organismos internacionais, como FAO, USDA e Banco Mundial, bem como em dados do Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI). O recorte temporal concentra-se principalmente no período compreendido desde a liberalização econômica iniciada nos anos 1980, mas seu foco recai no período de 2007-2008.

A hipótese central do artigo é que o impacto particularmente severo da crise alimentar de 2008 no Haiti não pode ser explicado apenas pelo aumento conjuntural dos preços internacionais dos alimentos. Argumenta-se que essa crise deve ser compreendida como resultado de uma trajetória institucional marcada pela desregulamentação do setor agrícola e pela crescente dependência de importações alimentares. Nesse sentido, o choque externo de 2008 revelou os efeitos cumulativos de decisões institucionais tomadas ao longo das décadas anteriores, que progressivamente fragilizaram a produção agrícola nacional e ampliaram a vulnerabilidade alimentar do país.

Para compreender os fatores estruturais que moldaram a vulnerabilidade alimentar haitiana e os efeitos da crise de 2008, este artigo mobiliza o referencial do neoinstitucionalismo, particularmente sua vertente histórico-institucionalista. O neoinstitucionalismo constitui um dos principais paradigmas analíticos da ciência política contemporânea e enfatiza o papel das instituições na organização do comportamento político, econômico e social. Conforme argumentam Hall e Taylor (1996), o termo não designa uma abordagem única, mas um conjunto de perspectivas que emergiram a partir da década de 1980 em reação às abordagens *behavioristas* dominantes nas décadas anteriores.

A literatura geralmente identifica três grandes vertentes do neo-institucionalismo: o institucionalismo da escolha racional, o institucionalismo sociológico e o institucionalismo histórico. Embora compartilhem o interesse pelo papel das instituições na estruturação da ação coletiva, essas abordagens diferem na forma como concebem a relação entre instituições, atores e resultados políticos.



O institucionalismo da escolha racional concebe as instituições como arranjos que estruturam interações estratégicas entre atores racionais. Nessa perspectiva, os indivíduos são considerados agentes orientados por cálculos de custo e benefício que buscam maximizar seus interesses dentro de um conjunto de regras institucionais. As instituições funcionam, portanto, como mecanismos que reduzem incertezas e coordenam comportamentos estratégicos entre atores interdependentes (Hall; Taylor, 1996).

Já o institucionalismo sociológico enfatiza o papel das instituições como estruturas culturais e cognitivas que moldam identidades, valores e percepções de legitimidade. Nessa abordagem, as instituições não apenas regulam comportamentos, mas também produzem significados e orientam a interpretação da realidade social. Como destacam Mahoney e Thelen (2010), a reprodução institucional ocorre frequentemente por meio de normas e padrões culturais que orientam o comportamento dos atores e se tornam socialmente legitimados.

O institucionalismo histórico, por sua vez, enfatiza a dimensão temporal dos processos políticos e o papel das instituições como legados de conflitos sociais e políticos acumulados ao longo do tempo. Nessa perspectiva, as instituições estruturam a distribuição de poder e recursos e influenciam as trajetórias de desenvolvimento político e econômico (Hall; Taylor, 1996).

Um conceito central nessa abordagem é o de dependência da trajetória (*path dependence*). Segundo Pierson (2000), decisões institucionais tomadas em determinados momentos podem gerar mecanismos de retroalimentação que reforçam certas trajetórias ao longo do tempo, tornando-as progressivamente mais difíceis de reverter. Eventos históricos específicos podem, portanto, produzir efeitos duradouros sobre a organização das instituições e sobre as possibilidades de mudança.

Nesse contexto, a literatura destaca também a importância das chamadas conjunturas críticas (*critical junctures*), momentos em que as restrições institucionais



são temporariamente flexibilizadas e decisões políticas podem redefinir trajetórias institucionais de longo prazo (Mahoney, 2001). Uma vez estabelecida determinada trajetória, mecanismos de reforço institucional tendem a consolidar essa direção, restringindo alternativas futuras.

Esse quadro analítico é particularmente útil para compreender o caso haitiano. A dependência alimentar atual do país e a fragilidade de sua agricultura não podem ser explicadas apenas por choques externos recentes. Ao contrário, essas vulnerabilidades resultam de decisões institucionais acumuladas ao longo de décadas, especialmente aquelas associadas aos programas de ajuste estrutural e às políticas de liberalização comercial implementadas a partir dos anos 1980 e 1990. Essas reformas redefiniram o papel do Estado na economia rural, favoreceram a abertura comercial e criaram incentivos institucionais que ampliaram a dependência de importações alimentares. Sob essa perspectiva, a crise alimentar de 2008 pode ser interpretada como um ponto manifesto de uma trajetória institucional que progressivamente enfraqueceu a produção agrícola nacional e aprofundou a vulnerabilidade alimentar do Haiti.

Trajetória Histórica da Questão Agrária e da Dependência Alimentar no Haiti

Conforme discutido nos parágrafos anteriores, a abordagem do institucionalismo histórico destaca que as trajetórias institucionais resultam de decisões acumuladas que condicionam as possibilidades de mudança futura. Nesse sentido, a crise de 2008 não constitui apenas um episódio conjuntural associado ao aumento dos preços internacionais dos alimentos, mas a manifestação de vulnerabilidades estruturais formadas ao longo de décadas de transformações institucionais, econômicas e sociais.

Segundo Pierson (2000): “padrões específicos de tempo e sequência importam, e eventos relativamente pequenos podem produzir consequências



duradouras quando ocorrem em momentos críticos do desenvolvimento institucional”. Dessa forma, decisões tomadas em determinados contextos históricos podem gerar mecanismos de reforço institucional que tornam determinadas trajetórias progressivamente mais difíceis de reverter.

No caso haitiano, a formação da estrutura agrária após a independência constitui um momento decisivo para compreender os dilemas contemporâneos da segurança alimentar. Segundo Suzy Castor (1998), a economia de Saint-Domingue estava organizada em torno do sistema de *plantation* escravista, profundamente integrado ao capitalismo atlântico. A abolição oficial da escravidão em 1793 não produziu imediatamente uma ruptura completa com esse modelo. Nos primeiros anos após a independência, os governos buscaram preservar as grandes propriedades e manter formas de organização do trabalho próximas ao sistema de *plantation*, na tentativa de preservar a capacidade exportadora da economia (Castor, 1998).

Entretanto, esse modelo entrou rapidamente em crise diante da destruição produtiva provocada pela revolução e da resistência da população recém-liberta, caracterizada por Castor como uma *main-d'œuvre incontrôlable*⁴. O fracasso das tentativas de restauração da *plantation* abriu espaço para a consolidação progressiva de uma economia camponesa baseada na pequena propriedade e na fragmentação fundiária.

Sob a perspectiva do institucionalismo histórico, esse período pode ser interpretado como uma conjuntura crítica (*critical juncture*), isto é, um momento no qual diferentes trajetórias institucionais tornam-se possíveis e as decisões tomadas passam a moldar profundamente os caminhos futuros do desenvolvimento político e econômico. Como observa Mahoney (2001), conjunturas críticas correspondem a períodos nos quais “as opções disponíveis aos atores são ampliadas e as decisões tomadas produzem efeitos duradouros na formação das instituições”. Uma vez

⁴ Uma força de trabalho incontrolável



consolidada determinada trajetória institucional, mecanismos de reprodução e reforço tendem a estabilizar esse arranjo ao longo do tempo.

Essa transformação foi acompanhada por mudanças profundas na organização social do mundo rural. Gérard Barthélemy (1990) argumenta que, após a independência, estruturou-se uma clivagem duradoura entre o Estado centralizador e o universo rural conhecido como *pays en dehors*⁵. Nesse espaço social, o campesinato desenvolveu formas próprias de organização econômica e social relativamente autônomas em relação ao Estado. Longe de representar um resquício arcaico, esse sistema camponês constitui uma forma social coerente fundada na pequena produção familiar, em redes de solidariedade comunitária e em mecanismos de autorregulação que buscavam preservar ideais igualitários e evitar a reconstituição de hierarquias coercitivas semelhantes às do sistema de *plantation*.

Como afirma Barthélemy (1990), o campesinato haitiano não deve ser interpretado como um universo atrasado ou marginal, mas como uma forma social profundamente vinculada à experiência histórica da revolução antiescravista. O mundo rural organizou-se de maneira relativamente autônoma em relação às instituições estatais, justamente como estratégia para preservar a liberdade conquistada no processo revolucionário. Nesse sentido, o *pays en dehors* constitui um elemento central da formação social haitiana.

A consolidação desse sistema camponês produziu efeitos duradouros sobre a trajetória institucional do país. A predominância da pequena produção agrícola e a fragmentação fundiária estruturaram a organização econômica e social das zonas

⁵ O conceito de *pays en dehors*, desenvolvido por Gérard Barthélemy (1990), refere-se ao universo social e territorial do campesinato haitiano que historicamente se estruturou relativamente à margem das instituições do Estado central. Mais do que uma simples referência geográfica às zonas rurais, o termo designa um sistema social específico, formado após a independência, caracterizado por pequenas unidades produtivas familiares, redes comunitárias extensas e mecanismos próprios de regulação econômica e social. Para Barthélemy, o *pays en dehors* expressa a constituição de uma sociedade camponesa relativamente autônoma, organizada em torno de ideais igualitários e da recusa histórica da reconstituição das hierarquias coercitivas associadas ao sistema de *plantation*. Nesse sentido, o conceito permite compreender a formação de uma clivagem duradoura entre o Estado haitiano e o mundo rural, na qual o campesinato desenvolveu formas próprias de reprodução social e econômica frequentemente distantes das estratégias estatais de desenvolvimento (Barthélemy, 1990).



rurais ao longo do século XIX e grande parte do século XX. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma relação ambígua entre Estado e campesinato. De um lado, o Estado manteve historicamente uma orientação voltada para estratégias econômicas exteriores e para a inserção do país nos circuitos internacionais de comércio. De outro, o mundo rural organizou sua reprodução social com base em sistemas produtivos relativamente autônomos e voltados prioritariamente para a subsistência e os mercados locais.

A partir das últimas décadas do século XX, essa configuração passou a entrar em crescente tensão com as transformações do regime internacional de políticas econômicas e alimentares. Como observam Kermel-Torres e Roca (1991), a difusão das reformas neoliberais no Sul global foi acompanhada por uma retração do papel do Estado nas políticas agrícolas e alimentares, marcada pela liberalização comercial, pela redução das intervenções públicas nos mercados agrícolas e pela crescente integração das economias periféricas aos circuitos internacionais de abastecimento alimentar.

No Haiti, essa reconfiguração institucional implicou mudanças profundas na relação entre Estado, mercado e agricultura. A partir da década de 1980, reformas econômicas orientadas por programas de ajuste estrutural incentivaram a redução de tarifas agrícolas, a liberalização do comércio e a retração do apoio estatal à produção rural. Essas políticas foram frequentemente justificadas como instrumentos para conter a inflação e reduzir o custo de vida nos centros urbanos, além de possibilitar a maior liberalização de fluxos de capital entre fronteiras. Conforme observa Noël (2022), governos haitianos passaram a privilegiar políticas de abertura comercial como mecanismo para ampliar o acesso a alimentos mais baratos no mercado internacional, ainda que tais medidas implicassem o enfraquecimento da produção agrícola nacional.

Esse processo foi reforçado por programas de ajuste estrutural apoiados por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o



Banco Mundial. Essas reformas incentivaram a liberalização comercial e a redução do papel do Estado na regulação dos mercados agrícolas. No plano discursivo, tais políticas eram frequentemente apresentadas como parte de uma estratégia de modernização econômica e de integração do Haiti à economia global. Entretanto, como destacam Kermel-Torres e Roca (1991), essas transformações ocorreram em um contexto no qual a agricultura haitiana já enfrentava importantes constrangimentos estruturais, incluindo fragmentação fundiária, limitações tecnológicas e forte pressão demográfica sobre os recursos produtivos.

Dados históricos indicam que a participação da agricultura no PIB declinou progressivamente ao longo das décadas anteriores à crise alimentar. Segundo Deshommes (2006), o setor agrícola representava cerca de 40% do PIB em 1960, 35% em 1970 e 32% em 1985. Simultaneamente, a produção agrícola per capita apresentou retração, passando de índice 100 em 1976 para 85 em 1985 (Deshommes, 2006). Esse declínio revela uma transformação estrutural na economia rural haitiana, na qual a agricultura passou a desempenhar predominantemente funções de subsistência, com capacidade limitada de acumulação e modernização produtiva.

A estrutura fundiária fragmentada constitui outro elemento central para compreender essas limitações. Segundo a ECVH (2001), cerca de 47% das propriedades agrícolas foram adquiridas por herança, frequentemente resultando em subdivisões sucessivas das parcelas. Além disso, aproximadamente 10% das explorações operavam sob regime de *métayage* (parceria) e 6% sob *fermage* (arrendamento). Estimativas anteriores indicam que a dimensão média das explorações situava-se em torno de um hectare (Estimé, 1973).

Os dados do *Recensement Général de l'Agriculture* de 2008-2009 confirmam a predominância de pequenas unidades produtivas. Foram identificadas 1.018.951 explorações agrícolas ocupando uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU)



de 736.241,5 *carreaux*⁶, o que corresponde a uma média aproximada de 0,72 *carreau* por exploração. A distribuição das propriedades revela forte fragmentação: cerca de 73,9% das explorações possuem menos de um *carreau* de terra, representando quase três quartos das unidades agrícolas do país. Apesar de numericamente predominantes, essas pequenas unidades ocupam 46,7% da superfície agrícola total, enquanto explorações com área igual ou superior a um *carreau*, que representam apenas 26,1% das propriedades, concentram 53,3% da terra disponível.

Esse padrão revela uma estrutura fundiária marcada simultaneamente por fragmentação e desigualdade no acesso à terra. Embora o Haiti não apresente grandes latifúndios extensivos como em outras regiões da América Latina, essas fragilidades estruturais foram aprofundadas pelas reformas institucionais implementadas na década de 1990. O documento *Strategy of Social and Economic Reconstruction*, elaborado em 1994 durante o retorno do governo Aristide e publicado pela *University of Kansas Institute of Haitian Studies* (Freeman, 1994) delineou uma estratégia de reorganização econômica baseada na redução do papel do Estado e na promoção do setor privado como motor do crescimento econômico. O plano estabelecia explicitamente a necessidade de “limitar o âmbito da ação do Estado e concentrá-la na missão de criar um ambiente propício à iniciativa privada e ao investimento produtivo” (Freeman, 1994, p. 1).

Nesse novo modelo institucional, o Estado deixava de atuar como agente direto do desenvolvimento produtivo e passava a desempenhar principalmente funções de regulação e facilitação do investimento privado. O documento também previa a redução do aparato estatal, a privatização de empresas públicas e a

⁶ O *carreau* é uma unidade tradicional de medida de superfície utilizada no Haiti para mensuração de terras agrícolas. Embora possa apresentar pequenas variações regionais, um *carreau* corresponde aproximadamente a 1,29 hectare (ou cerca de 3,19 acres). Essa unidade é amplamente empregada em estatísticas agrárias haitianas, inclusive nos recenseamentos agrícolas nacionais



liberalização do regime comercial, incluindo a eliminação de restrições quantitativas às importações e a redução significativa das tarifas (Freeman, 1994).

As implicações dessas transformações tornaram-se particularmente evidentes no setor agrícola. A abertura comercial e a redução do apoio estatal à produção doméstica contribuíram para ampliar a dependência de importações alimentares. Barthélemy (2008) interpreta esse processo como uma forma contemporânea de “nova dependência colonial”, na qual o Haiti se integra ao mercado mundial sobretudo como consumidor de produtos importados.

Essa dependência estrutural tornou-se particularmente visível durante a crise alimentar de 2008. O aumento internacional dos preços dos alimentos coincidiu com a devastação provocada por quatro ciclones sucessivos. Segundo o *Rapport d'Évaluation des Besoins Après Désastre*, esses eventos afetaram mais de 165.000 famílias, provocaram 793 mortes e geraram perdas estimadas em 897,39 milhões de dólares, equivalentes a aproximadamente 14,6% do Produto Interno Bruto nacional (GFDRR; PDNA, 2008).

No setor agrícola, a destruição de colheitas no Vallée de l'Artibonite, principal região produtora de arroz, agravou ainda mais a dependência externa. Às vésperas da crise, a produção nacional cobria apenas cerca de 43% das necessidades alimentares do país, enquanto aproximadamente 52% da disponibilidade alimentar provinha de importações e menos de 5% de ajuda alimentar (GFDRR; PDNA, 2008). No caso específico do arroz, a dependência externa atingia cerca de 80%.

Nesse contexto, o aumento global dos preços provocou pressões inflacionárias significativas, registradas no *Rapport Annuel 2008 de la Banque de la République d'Haïti*. A elevação do custo de vida afetou particularmente as populações urbanas de baixa renda, cuja maior parte da renda é destinada à compra de alimentos. A forte elevação dos preços de produtos básicos conhecida popularmente como *lavichè* desencadeou, em abril de 2008, as chamadas *émeutes de la faim*. Essas mobilizações revelaram a dimensão política da dependência



alimentar haitiana. A incapacidade do Estado de estabilizar preços ou garantir o abastecimento evidenciou a fragilidade institucional das políticas agrícolas e alimentares.

Os indicadores sociais reforçam a gravidade desse quadro. Em outubro de 2007, em cerca de 25% dos domicílios rurais, aproximadamente, 1,6 milhão de pessoas encontravam-se em situação de insegurança alimentar. Segundo a Coordination Nationale pour la Sécurité Alimentaire (CNSA, 2008), cerca de 40% dos domicílios estavam subalimentados, correspondendo a aproximadamente 3,8 milhões de pessoas, das quais 80% residiam em áreas rurais. Além disso, aproximadamente 24% das crianças menores de cinco anos apresentavam desnutrição.

Esses dados evidenciam que a crise alimentar de 2008 não foi apenas o resultado de um choque externo, mas a expressão de uma trajetória histórica marcada pela fragilidade institucional das políticas agrícolas, pela marginalização do campesinato nas estratégias de desenvolvimento e pela crescente dependência de importações alimentares.

Crise Financeira e Crise Rural

Nossa análise se situa quando a desordem financeira encontra solo fértil nesta fragilidade do campo que explicitamos, manifestando seu turbilhão perverso no Haiti com um aumento acentuado dos preços de produtos básicos como arroz, trigo e milho. O Índice de Preços de Alimentos da FAO (FFPI) que calcula a variação nos preços internacionais de uma cesta composta por cinco índices de commodities alimentares (cereais, óleos vegetais, carnes, laticínios e açúcar), ponderados pelas participações médias de exportação de cada grupo, demonstra essa tendência. Tomando como base o período de 2014-2016, observa-se que o preço real, deflacionado pelo Índice de Valor Unitário de Manufaturas do Banco Mundial,



elevou-se em 18 pontos entre 2006 e 2007 e em 15,4 pontos entre 2007 e 2008 (FAO, 2024). Tal incremento representa uma magnitude sem precedentes desde a inflação dos preços de alimentos em 1973 (FAO, 2024).

Na crista desse movimento, a economia haitiana foi impactada por uma convergência de fatores internos de forma particular devido a sua estrutura social e econômica histórica já abordada. Entre as pressões globais, destacam-se ainda a maior procura de atores financeiros sobre commodities alimentares e os processos de desertificação. Soma-se a isso a tendência do redirecionamento da produção agrícola para biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos, fenômeno intensificado durante períodos de recessão e alta nos preços do petróleo, frequentemente impulsionado por subsídios em diversos países. A crise de 2008 desestabilizou tanto a produção quanto o comércio de insumos, afetando as cadeias produtivas a montante e a jusante da agricultura. No plano político, observa-se uma priorização governamental de focar em políticas de segurança, o que gerou críticas contundentes às missões de paz da ONU e à gestão de seus respectivos orçamentos.

As raízes desses problemas estruturais remontam aos programas de ajuste estrutural impostos ao Estado haitiano desde o início da década de 1980, sob o paradigma das políticas neoliberais. Esse receituário priorizou a privatização e a acumulação de ganhos privados, negligenciando sistematicamente a produção agrícola nacional em favor de um modelo baseado na importação em larga escala.

No bojo dessas mudanças, por exemplo, o arroz importado consolidou-se como o principal item da cesta básica haitiana. O país tornou-se profundamente dependente de importações, oriundas majoritariamente dos Estados Unidos e fundamentadas nas prescrições de instituições financeiras internacionais, como já citado. A liberalização comercial e a redução drástica das tarifas de importação permitiram a entrada maciça do arroz norte americano fortemente subsidiado. Um exemplo emblemático foi a redução das alíquotas de importação do arroz para



apenas 3%, posicionando o Haiti como um dos principais mercados consumidores do cereal produzido nos EUA (USDA, 2016).

Esses problemas profundos revelaram-se uma armadilha traiçoeira diante da conjuntura econômica global instável. A dependência de produtos básicos expôs o país a um efeito dominó devastador. Em 2008, o sistema financeiro global encontrava-se à beira do colapso, resultando em impactos socioeconômicos devastadores que privaram milhões de indivíduos de seus empregos, moradias e perspectivas de futuro. A gravidade desse cenário é detalhada pelo próprio, The Financial Crisis Inquiry Report, relatório oficial dos Estados Unidos elaborado pela comissão independente estabelecida pelo Fraud Enforcement and Recovery Act.

O colapso financeiro de 2008 representou o ápice de uma bolha imobiliária alimentada por uma combinação volátil de taxas de juros historicamente baixas e um excedente de crédito de fácil acesso. Sob um clima de supervisão mínima, o setor imobiliário foi ressignificado como um refúgio de baixo risco e alta rentabilidade, resultando em uma valorização insustentável de ativos. Esse frenesi foi sustentado por práticas de empréstimos predatórios e uma flexibilização sistemática dos critérios de concessão de crédito, especificamente por meio de hipotecas voltadas a tomadores “vulneráveis” quanto ao cumprimento dos termos de empréstimos. Tais dívidas de alto risco foram transmutadas via securitização: empacotadas e redistribuídas em complexos títulos lastreados em hipotecas, comercializados para diversos investidores. Apesar da instabilidade inerente a esses ativos, as agências de classificação de risco conferiram uma falsa sensação de segurança ao lhes atribuir selos de prestígio.

À medida que esses títulos saturaram o mercado de capitais, o sistema financeiro tornou-se perigosamente sobrecarregado. Bancos e grandes firmas de investimento operavam com índices de alavancagem extremamente arrojados, dependendo fortemente do mercado de crédito de curto prazo (*overnight*⁷) para

⁷ operações financeiras de curto prazo, realizadas de um dia para o outro no mercado aberto (cerca de um dia útil) geralmente lastreadas em títulos públicos, utilizado como mecanismo para manter a liquidez bancária.



manter sua liquidez diária. Quando o mercado imobiliário finalmente não se sustentou e a inadimplência começou a subir, a deterioração estrutural veio à tona, culminando na queda espetacular de gigantes como o *Lehman Brothers*. Essa falha sistêmica estilhou a crença institucional na natureza auto reguladora dos mercados. A crise serviu como um severo contraponto a décadas de lobby pela desregulamentação financeira.

A consequente explosão da bolha imobiliária enviou uma onda de choque por todo o sistema financeiro global, paralisando instantaneamente os atores internacionais que se encontravam profundamente enredados nesses ativos. À medida que a confiança evaporou, os mercados de crédito congelaram, mergulhando o mundo em uma recessão severa.

Nos países em desenvolvimento, os importadores viram-se subitamente incapazes de obter o crédito de curto prazo necessário para a aquisição de bens essenciais, além de impactados pelo aumento do preço de diversos produtos, enquanto os exportadores ficaram desamparados, sem o financiamento exigido para o escoamento de seus produtos ao mercado internacional. Desesperadas para compensar perdas catastróficas e honrar obrigações imediatas, as instituições financeiras iniciaram uma liquidação forçada (*fire sale*) de suas participações globais, desfazendo-se de ativos em vários países e setores e desestabilizando ainda mais uma economia global já fraturada (Naudé, 2009).

Entretanto, grandes investidores institucionais, incluindo fundos de hedge, fundos de pensão e bancos de investimento, buscaram ativos considerados mais seguros e descorrelacionados da volatilidade do mercado imobiliário. Esse movimento direcionou um volume massivo de capital especulativo para as terras agrícolas e commodities alimentares (Ouma, 2020; Santos et al., 2022). Isto provocou um recrudescimento especulativo ainda maior nos preços dos alimentos, gerando uma distorção profunda no preço de diversas culturas agrícolas, o que atingiu de forma desproporcional nações mais vulneráveis como o Haiti.



Apesar de diversas análises indicarem que o impacto imediato sobre os países da América Latina e do Caribe foi relativamente baixo, a quebra do *Lehman Brothers* alterou drasticamente a percepção de idoneidade e os riscos associados à alavancagem, forçando uma reavaliação sistemática (Prado, 2011). A crise foi enfrentada de maneiras distintas ao redor do globo, apresentando efeitos heterogêneos. Observaram-se declínios significativos no consumo, nos investimentos e no comércio, além da redução das receitas de exportação, dos fluxos de capital privado, da Assistência Oficial ao Desenvolvimento e do Investimento Estrangeiro Direto (Naudé, 2009). Esse cenário resultou em uma desvalorização cambial generalizada e em uma desaceleração econômica, período em que as taxas de desemprego subiram e a trajetória de redução da pobreza foi interrompida. Contudo, já no ano seguinte, verificou-se uma rápida recuperação em diversos países da região, impulsionada pelo acionamento de políticas ativas nas esferas monetária, creditícia e fiscal. Houve, primordialmente, uma preocupação em manter, e até ampliar, os gastos sociais, visando proteger os setores mais vulneráveis dos efeitos deletérios da crise (Prado, 2011).

Nesse cenário, o crescimento regional registrou um recuo de 1,9%, com uma retração de 2,8% no PIB per capita (Prado, 2011). As taxas de investimento bruto, que anteriormente apresentavam uma expansão média anual próxima a 11%, sofreram uma queda de 14,5%, enquanto as exportações declinaram 21% (Prado, 2011). O aspecto mais crítico desse retrocesso, ainda sim, conforme aponta Prado (2011), foi a interrupção do ciclo de redução da pobreza e da miséria, evidenciando o impacto social direto da crise sobre os indicadores de bem-estar da região

.No Haiti, a dependência sistemática de suprimentos externos de alimentos tornou o país extremamente vulnerável a choques de preços, cenário agravado pela crônica falta de investimento na agricultura nacional. Essa conjuntura ampliou as desigualdades internas. No mesmo período, observou-se uma retração nos fluxos de remessas do exterior, uma das principais fontes de renda do país (Naudé, 2009).



Com a maioria da renda familiar já dedicada à subsistência, qualquer comprometimento dessa renda e flutuação nos preços básicos revela-se catastrófica.

Os dados sobre os preços dos alimentos são alarmantes: os valores chegaram a dobrar sob a influência do crescente *trade-off* entre a produção de biocombustíveis e alimentos, somado aos efeitos emergentes das mudanças climáticas, a especulação financeira e, no geral, uma crise sistêmica. Por exemplo, o preço do trigo elevou-se em mais de 130% em comparação ao ano anterior, enquanto o preço do arroz comercializado subiu mais de 70% (Conceição; Mendoza, 2009). O arroz é um indicador crucial neste contexto, dado que, após décadas de liberalização econômica, sua participação na ingestão calórica diária do povo haitiano mais do que triplicou, respondendo por quase um quarto do consumo total de calorias no país (USDA, 2016). Atualmente, as importações suprem entre 80% e 90% de todo o arroz consumido no país (USDA, 2016).

No Haiti, a taxa média de crescimento da produção de alimentos per capita entre 1991 e 2006 foi de -1,7% (Conceição; Mendoza, 2009). Em contrapartida, as importações de arroz saltaram para mais de 270.000 toneladas métricas em 2004 (Conceição; Mendoza, 2009). Esse cenário favoreceu a concentração de mercado por empresas importadoras e o uso de estratégias de estocagem especulativa (*hoarding*) de arroz, produto essencial na dieta nacional (Conceição; Mendoza, 2009).

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), o desmatamento e o impacto severo de furacões sobre a produção agrícola intensificaram-se ao longo dos anos, agravados pela ausência de políticas públicas capazes de oferecer uma base de suporte ao produtor rural (USDA, 2016). Conceição e Mendoza (2009) oferecem outro ponto-chave para compreender o recrudescimento dos preços nos países dependentes: as restrições de exportação aplicadas pelos principais produtores e as políticas de estoques



reguladores. Países como Índia e Vietnã impuseram restrições às exportações para proteger seus mercados internos da inflação e da recessão global, enquanto as Filipinas, na condição de grande importador, adotaram uma estratégia agressiva de estocagem. Tais medidas desestabilizaram a oferta internacional, prejudicando severamente os países importadores líquidos (*net-food-importing*), que ficaram sem margem de manobra diante da escassez global.

Considerações Finais

O artigo busca situar a insegurança alimentar no período de análise dentro de um contexto mais amplo de liberalização e desmonte da capacidade agrícola, que está intimamente relacionado aos índices de desnutrição e fome. Ao apontar o período de 2008 como significativo, demonstra-se a centralidade das problemáticas supracitadas pelo desmonte do setor em um período de crise; o trabalho aponta para as armadilhas da dependência aguda de importações. Nesse sentido, contribui para o debate sobre a necessidade de uma política de Estado com amplitude, voltada ao campo, que dê conta de tornar a estrutura agrária do país mais equitativa e menos dependente, reacendendo com mais vigor a produção de gêneros básicos no Vale do Artibonite, por exemplo, e aumentando a conservação para dar lugar a uma maior estabilidade da produção na região.

Esse trabalho começa apontando a série de protestos contra o aumento do custo de vida advindo do aumento do preço de alimentos no mercado internacional, expondo como o país se tornou progressivamente mais dependente das importações de alimentos e das transformações sociais e políticas advindas embutidas nesse movimento. Continua apontando o quadro analítico do neoinstitucionalismo em suas diferentes vertentes para mobilizar a categoria analítica de *path dependence* para pensar o quadro político do Haiti e os programas de ajuste estrutural; para isso, volta a história do Haiti pré independência e o sistema



de exploração e inserção internacional colonial, a construção social do campesinato e a desigualdade fundiária em seu contexto mais geral. A parte seguinte aponta para a crise dos *subprimes* nos EUA e a crise de liquidez internacional, destacando a busca de atores financeiros por ativos alternativos menos relacionados aos ativos tradicionais e mais palpáveis, mobilizando dados sobre o preço dos alimentos no mercado internacional e apontando efeitos como a diminuição das remessas internacionais e dos investimentos estrangeiros direto, além de mencionar estratégias de outros países tal qual a limitação da exportação e a estocagem, como uma das diferentes variáveis desse cenário na arena internacional complexa que caracteriza os diferentes afluentes de possibilidades que incidem sobre o Haiti no período analisado e que podem e são estendidos até o contexto recente.

Referências

ALTERPRESSE. **Yon ane aprè popilasyon an te pran lari pou di li bouke ak lavi chè epi grangou**. Port-au-Prince, 2009.

BRH. BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI. **Rapport Annuel 2008**. Port-au-Prince, 2008. Disponível em: <https://www.brh.ht/wp-content/uploads/2018/08/rapport2008.pdf>. Acesso em: 11 maio 2026.

BARTHÉLEMY, G. **L'univers rural haïtien**: le pays en dehors. Paris: L'Harmattan, 1990.

BARTHÉLEMY, Y. **Haïti et la mondialisation néolibérale**: une nouvelle dépendance coloniale 1970-2008. Port-au-Prince: ASID, 2008.

CAROIT, J-M. Haïti: les émeutes de la faim gagnent les rues de Port-au-Prince. **Le Monde**, Paris, 9 abr. 2008. Disponível em: https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2008/04/09/haiti-les-emeutes-de-la-faim-gagnent-les-rues-de-port-au-prince_1032621_3222.html. Acesso em: 23 mar. 2026.

CASTOR, S. **Les origines de la structure agraire en Haïti**. Canapé-Vert: CRESFED, 1989.



CONCEIÇÃO, P.; MENDOZA, R. U. Anatomy of the Global Food Crisis. **Third World Quarterly**, v. 30, n. 6, p. 1159-1182, 2009.

COORDINATION NATIONALE DE LA SÉCURITÉ ALIMENTAIRE (CNSA); PROGRAMME ALIMENTAIRE MONDIAL DES NATIONS UNIES (PAM). **Haiti: impact de la crise alimentaire sur les populations urbaines de Port-au-Prince**. [S. l.]: CNSA, nov. 2008. Disponível em: <http://www.wfp.org/food-security>. Acesso em: 23 mar. 2026.

DESHOMMES, F. **Haïti: la nation écartelée**: entre "plan américain" et projet national. Port-au-Prince: Les Éditions Cahiers Universitaires, 2016.

ESTIME, J. R. Contribution à l'élaboration d'une politique agricole en Haïti. **Conjonction**, n. 121, p. 121, 1973.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAO Food Price Index**. Roma, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en>. Acesso em: 23 fev. 2026.

FREEMAN, B. C. **Strategy of Aristide Government for Social and Economic Reconstruction (August 1994)**. Lawrence: Institute of Haitian Studies, University of Kansas, 1994.

IHSI. INSTITUT HAÏTIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE. **Enquête sur les conditions de vie en Haïti (ECVH 2001)**. Port-au-Prince, 2001. v. II, p. 1-40.

IHSI. INSTITUT HAÏTIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE. **Recensement Général de la Population et de l'Habitat 2003 (RGPH 2003)**. Port-au-Prince, 2005.

KERMEL-TORRES, D.; ROCA, P. J. Entre la nécessité quotidienne et la menace socio-politique: la question alimentaire haïtienne. **Cahiers des sciences humaines**, v. 27, n. 1-2, p. 41-52, 1991.

MARNDR. **Synthèse nationale des résultats du recensement général de l'agriculture (RGA) 2008/2009**. Port-au-Prince, 2012. Disponível em: https://agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/Resultats_RGA_National_05-11-12.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

MAHONEY, J. Path-dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. **Studies in Comparative International Development**, v. 36, n. 1, 2001.



MAHONEY, J.; THELEN, K. **Explaining institutional change**: ambiguity, agency and power. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NAUDÉ, W. **The Financial Crisis of 2008 And The Developing Countries**. Helsinki: UNU-WIDER, 2009. (WIDER Discussion Paper, n. 2009/01). Disponível em: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/dp2009-01.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2026.

NOEL, P. B. Nos gouvernements et la politique de gestion des prix. **Le Nouvelliste**, Port-au-Prince, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/235320/nos-gouvernements-et-la-politique-de-gestion-des-prix>. Acesso em: 11 maio 2026.

OUMA, S. This Can('t) be an Asset Class: The World of Money Management, "Society", And The Contested Morality of Farmland Investments. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 52, n. 1, p. 66-87, 19 ago. 2018.

PEÁN, L. Les émeutes de la faim et l'impératif d'une nouvelle approche. **Le Nouvelliste**, Port-au-Prince, 18 abr. 2008.

PAPDA. PLATEFORME HAITIENNE DE PLAIDOYER POUR UN DEVELOPPEMENT ALTERNATIF. **La question agraire haïtienne et les revendications paysannes actuelles**. Port-au-Prince, 2007.

PIERSON, P. Retornos crescentes, dependência da trajetória (Path Dependence) e o estudo da política. **Ideias**, v. 6, n. 2, p. 335-392, 2016.

PRADO, A. O Desenvolvimento na América Latina Depois da Crise Financeira de 2008. **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 3, n. 3, p. 55-82, dez. 2011.

GFDRR; PDNA. **Rapport d'évaluation des besoins après désastre Cyclones Fay, Gustav, Hanna et Ike**. [S. l.]: GFDRR, nov. 2008. Disponível em: https://www.gfdr.org/sites/default/files/GFDRR_Haiti_PDNA_2008_FR.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

SANTOS, A. et al. **Financeirização da Agricultura e da Terra no Brasil**: Dinâmicas em Curso e Disputas em Jogo. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2022.

SOFA. **Ayiti-Kriz : SOFA denonse tout konplo pou detounen leve kanpe mas popilè yo kont grangou**. Port-au-Prince, 9 abr. 2008.

TAYLOR, P.; HALL, R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003.



USDA. UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Rice Outlook: RCS-16A-01.** Washington, DC, 2016. Disponível em: https://ers.usda.gov/sites/default/files/_laserfiche/outlooks/39144/56601_rcs-16a-01.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

UNITED STATES FINANCIAL CRISIS INQUIRY COMMISSION. **The Financial Crisis Inquiry Report:** Final Report of the National Commission on the Causes of the Financial and Economic Crisis in the United States. Washington, DC: Government Printing Office, 2011. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/GPO-FCIC/pdf/GPO-FCIC.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2026.